

Governo de SP compra 12 mil novas câmeras corporais para a PM**SEGURANÇA PÚBLICA.** Acordo firmado com a Motorola representa uma economia anual de 45,9% para o tesouro estadual

Estado anuncia a compra de 12 mil câmeras corporais para PM

» O Governo de São Paulo assinou nesta quarta-feira (18) o contrato com a empresa Motorola para a aquisição de 12 mil novas câmeras corporais portáteis (COPs) para a Polícia Militar. A ampliação do serviço vai gerar uma economia 45,9% para o tesouro estadual em relação ao pregão anterior.

Conforme a Secretaria da Segurança Pública (SSP), mesmo com o número ampliado de câmeras e uma série de atualizações tecnológicas, o preço do serviço do contrato será R\$ 51,9 milhões por ano. Pelo contrato vigente, as 10.125 COPs disponibilizadas à corporação custam por ano R\$ 96 milhões ao governo.

Os novos equipamentos terão uma série de funcionalidades, como reconhecimento facial, leitura de placas de veículos, melhoria na conectividade, com possibilidade de transmissão ao vivo, entre outras inovações, modernizando o serviço atualmente em operação. O dispositivo possui capa-

cidade técnica para integrar as imagens com o Programa Muralha Paulista, além da identificação de foragidos da Justiça.

As novas câmeras também oferecem a possibilidade de a gravação ter o acionamento automático por software, à distância pelo Centro de Operações da PM (Copom) e manual pelo próprio policial. As novas câmeras contarão com um sistema de "buffer" capaz de armazenar imagens dos 90 segundos anteriores à ativação. Ou seja, as câmeras permanecem operando continuamente e, ao serem acionadas para armazenar imagens, elas incluirão gravações retroativas, possibilitando o registro completo da ocorrência.

Com ferramenta de áudio bidirecional, as câmeras acopladas aos uniformes dos policiais permitirão que eles solicitem apoio durante as ações. Devido à transmissão ao vivo, o Copom também poderá acionar outras equipes de apoio antes mesmo que os militares



Os novos equipamentos terão uma série de funcionalidades, como reconhecimento facial e leitura de placas de veículo

precisem solicitar.

Ainda de acordo com a SSP, o armazenamento de imagens e áudios será aprimorado, bem como as baterias, já que agora o novo contrato exige que cada equipamento possua um outro equivalente para recargas, processamento e uploads de arquivos.

A tecnologia disponibilizada pela empresa prestadora do serviço também oferece a possibilidade de compartilhar os registros de áudio e vídeo automaticamente com o Ministério Público, o Poder Judiciário e demais órgãos de controle, seguindo as regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, destaca que com as novas funcionalidades, os equipamentos não servirão somente para fiscalização e controle, mas como "aliados" da corporação e da sociedade. "Será um auxílio nas investigações futuras de qualquer tipo de crime", ressalta. (SSP)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Estado **Caderno:** A **Página:** 4